

p2

A economia e os pobres

27 MAI 1993

De repente, não mais que de repente, fez-se da catástrofe próxima a distante. Fernando Henrique Cardoso, primeiro-ministro ocupando a pasta da Fazenda, concede um período de graça ao alvejado governo Itamar. As credenciais que juntou ao longo da vida dão para encher uma página inteira: foi o primeiro a estudar a burguesia industrial brasileira, a pensar na teoria da dependência, nos elos de interesses entre os tecnocratas das estatais, até mesmo as relações entre negros e brancos analisou. Mas, no que interessa hoje, Fernando Henrique tomou posição, ao longo da vida, a favor de uma economia que funcionasse concretamente em benefício das pessoas, e não apenas das estatísticas e dos números, que são o combustível do sistema financeiro.



O PSDB tem vivido dilacerado por uma dúvida: participa ou não participa do governo. No período Collor andou vai não vai e terminou desautorizando a participação de Hélio Jaguaribe. Agora, tem uma oportunidade de ser afirmativo, de vez que o seu mais brilhante quadro político-intelectual assume o comando da economia, ainda que por acidente. Alguns dos mais conceituados economistas do País são militantes do partido. A disposição que tiverem de trocar as vantagens do *jet set* acadêmico ou das suas rendosas ocupações no

setor privado para meterem a mão na massa, amparando o seu ministro e participando da sua equipe, vai mostrar a seriedade dos discursos que fazem sobre justiça social.

Fernando Henrique acertou na mosca quando, no último Fórum Nacional, realizado em São Paulo há três semanas, disse que há um consenso de diagnósticos sobre a crise brasileira. Até Maria da Conceição Tavares e Afonso Celso Pastore estão de acordo. As divergências ocorrem quando se propõe aplicar os diagnósticos, porque ninguém quer ceder um centavo dos seus ganhos.

Betinho vem repetindo, na sua campanha contra a fome, que vivemos uma emergência social, como se estivéssemos sob os efeitos de um terremoto. Em casos de catástrofes naturais, a sociedade toda se mobiliza para ajudar. Só que a fome, aqui, não tem uma cara tão nítida como na Somália. No entanto, os bolsões de miséria estão quantificados e a sua localização é conhecida. Trata-se de atacá-los, o que pode ser tarefa de todos os ministérios, mas é mais precisamente a do Ministério da Fazenda.

Roberto Cavalcanti de Albuquerque, um dos economistas que ano a ano medem a miséria nacional, estudou as regiões metropolitanas e chegou a verificações surpreendentes. Por exemplo: a Grande São Paulo é mais miserável que Belo Horizonte, Belém, Porto Alegre e até o Rio de Janeiro. Curitiba está ainda longe do paraíso. A sua região metropolitana, por ter 35% da população em atividades agrícolas mal remuneradas, está estatisticamente em situação pior que Belém, onde só 7% da população vive da agricultura. Mais

estranho ainda: os miseráveis da Grande São Paulo são mais pobres que os do Nordeste rural.

Essas constatações indicam que o combate à fome começa na porta das nossas casas, e não num cenário de romance de Graciliano Ramos.

Os mais pobres têm um perfil exato, descrito por Roberto Cavalcanti e fácil de ser reconhecido: são famílias chefiadas por mulheres relativamente jovens (menos de 40 anos), geralmente negras e, analfabetas, com mais de quatro membros morando numa casa sem água encanada e não tendo sequer uma geladeira, mesmo porque nada teriam para nela guardar. Quando têm emprego, não têm carteira assinada. O mais das vezes trabalham "por conta própria", o que pode ser qualquer coisa, desde a mendicância ao artesanato. Seus filhos serão também, provavelmente, miseráveis.

Roberto Cavalcanti propõe uma série de políticas contra a miséria a serem implementadas pelo conjunto do governo, se é que existe capacidade de comando para isso. Todas, no entanto, são de efeitos a longo prazo, exceto, talvez, a colocação gratuita de recursos para o planejamento familiar e as informações sobre os seus usos. E, como diz o Betinho, a fome não espera.

O PSDB e o seu primeiro-ministro estão cientes disso. Ao reinaugurarem o governo Itamar, terão de decidir até que ponto será possível compatibilizar a emergência social com o combate à inflação, meta prioritária, e o rombo orçamentário embutido pela proximidade das eleições gerais na colcha de retalhos apelidada *Plano Eliseu*.